

Causa do Povo

JORNAL DA UNIÃO POPULAR ANARQUISTA - UNIPA - Nº 39 - DEZEMBRO DE 2007

www.unipa.cjb.net / unipa_net@yahoo.com.br

R\$ 0,50

Os servidores públicos federais e o desafio de romper com o governismo

Em 2003, os servidores públicos federais participaram da organização e da realização de grandes manifestações contra a “Segunda Reforma da Previdência” encaminhada ainda no primeiro mandato do governo Lula/PT. Na ocasião a luta era contra a Proposta de Emenda Constitucional número 40 (PEC-40/03) e, além de manifestações em Brasília (duas com grande destaque: uma em junho, que contou com mais de 25 mil servidores e outra em agosto, com mais de 40 mil manifestantes de vários setores), os servidores federais realizaram ainda uma greve unificada em âmbito nacional e mobilizações nos estados.

As lutas de 2003 foram fundamentais pelos seguintes motivos: 1) tiraram todas as dúvidas sobre o caráter do governo Lula/PT, ou seja, deixou explícito seu caráter colaboracionista e neoliberal; 2) provocaram uma cisão o interior do movimento sindical-popular entre os governistas, defensores da tese de que o governo estaria “em disputa”, e aqueles que defendiam a ruptura e a oposição ao governo; 3) demonstraram que as lutas unificadas e a ação direta dos trabalhadores constituem os principais instrumentos de luta do proletariado.

Sobre esse último motivo é importante lembrar que a direção da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o setor cutista da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESF) defenderam e encaminharam como estratégia de luta a formação de um “bloco” de parlamentares que fizessem propostas para “melhorar” a PEC-40/03. Obviamente o resultado foi a derrota do movimento, com a aprovação da reforma previdenciária.

O aprofundamento da cisão entre governistas e “anti-governistas” resultou

na ruptura de várias entidades sindicais com a CUT e a construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) em 2006. O processo de ruptura e o conseqüente conflito no interior do movimento popular-sindical estão presentes no cotidiano das entidades sindicais, locais e nacionais. Como exemplos podemos citar: o ANDES

será realizado no período de 5 a 9 de dezembro de 2007. Portanto, se faz necessária uma análise da conjuntura dos servidores públicos federais, procurando identificar e caracterizar o processo responsável pelo atual momento vivido pelo setor, e sua relação com as lutas da classe trabalhadora em geral.



Manifestantes quebram vidro do Congresso Nacional durante ato contra a Reforma da Previdência, 2003.

(Sindicato Nacional dos Docentes Universitários), o SINASEFE (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional) e o SINDSEF-SP (Sindicato no Serviço Público Federal de São Paulo) que estão filiados à CONLUTAS, além do SINTRASEF-RJ (Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Rio de Janeiro) que se desfilhou da CUT.

Aproxima-se ainda mais um momento de conflito: o IX Congresso da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Federal), que

1. Servidores públicos federais: do legalismo ao governismo.

O *sindicalismo de Estado* criado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) durante a Era Vargas (1930-45) e aprofundado durante a Ditadura Civil e Militar (1964-89), tem por objetivo atrelar as entidades sindicais ao Estado. E a manutenção dessas entidades sob a tutela do Estado as transforma, conseqüentemente, em colaboradoras desse mesmo Estado Burguês.

A ideologia corporativista constitui o terreno fértil para o desenvolvimento

do sindicalismo de Estado no interior do movimento sindical-popular. O corporativismo possuiu diferentes contornos ao longo da história das lutas sindicais: em 1930 estava personificado no associativismo e no assistencialismo dos “*sindicatos amarelos*”, em 1964 nos *sindicatos pelegos* pró-ditadura, nos anos de 1990 no “*sindicalismo de resultados*” da Força Sindical e no “*sindicalismo positivo*” da CUT, e hoje no *governismo*.

Os servidores públicos possuem algumas especificidades, pois as entidades dos servidores encontram-se à margem da estrutura do sindicalismo de Estado, por causa da ausência de uma legislação própria que os regule. Entretanto, as entidades do funcionalismo não estão imunes aos aspectos ideológicos e aos efeitos práticos do corporativismo. Sendo assim, **identificamos no legalismo, isto é, a luta das entidades dos servidores públicos pelo seu reconhecimento junto ao Estado, a expressão do corporativismo no interior do movimento sindical do funcionalismo.**

Além do legalismo, também identificamos expressões do neo-corporativismo no seio dos sindicatos de servidores. O neo-corporativismo se caracteriza pelas lutas isoladas de frações do proletariado de setores com grande importância para o capital, como metalúrgicos, bancários e petroleiros, que conseguem reajustes salariais com negociações em separado. As greves isoladas e exclusivamente economicistas de setores da base do CONDSEF (Cultura, IBAMA, INCRA) e da FASUBRA (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras) comprovam a recorrência do neo-corporativismo. Todavia, é importante ressaltar que a burguesia exige os “cortes de gastos” do Estado.

Leia nessa edição:

*Congresso do SEPE e o colaboracionismo de classe da esquerda reformista * - página 3.

Da universidade elitista ao controle do capital: a ofensiva burguesa e o Movimento Estudantil! - página 4.

Isso significa o arrocho salarial, conforme estabelecido no PAC. Portanto, o governo Lula/PT não atende às reivindicações do funcionalismo público ou as atende parcialmente.

Os efeitos do legalismo e do neo-corporativismo no interior do movimento sindical dos servidores públicos são: a formação de uma burocracia sindical, o predomínio de reivindicações economicistas, fragmentação das lutas e a adesão, especialmente das burocracias, ao governismo. Conseqüentemente, as reformas neoliberais e as medidas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) estão em curso e os mais diretamente atingidos, os servidores públicos, se mostram incapazes de detê-las.

2. O SINTRASEF-RJ e as conseqüências do processo de burocratização.

Há seis anos o mesmo grupo de burocratas encontra-se à frente da direção do SINTRASEF-RJ: militantes do PT/Articulação Sindical (que hoje se auto-intitulam “os independentes” para esconder sua ligação direta com o governo) e dissidentes do PT, hoje agrupados no Movimento Unidade Socialista (MUS – formado pela fusão de correntes do PSOL). E o que se observa no mesmo período é a intensificação do processo de burocratização do sindicato e seu alinhamento com as políticas governistas. O último mandato foi o resultado da formação de um “chapão” de conciliação entre o MUS (que garantiu a perpetuação por mais um mandato), o PT/Articulação Sindical e o PCR (partido cutista). Assim, a atual diretoria da entidade é um símbolo do “melhor” acordo entre as cúpulas partidárias.

A gestão do “chapão” foi marcada por: 1) encastelamento de uma burocracia na direção do sindicato, 2) esvaziamento e destruição dos núcleos de base; 3) mobilizações isoladas e corporativas; 4) derrotas das lutas da categoria; 5) alinhamento da entidade aos interesses do governo com a incapacidade, ou melhor, com a falta de vontade política de mobilizar os servidores para enfrentar as reformas neoliberais e a implementação do PAC; e 6) boicote à CNESF.

É bom lembrar que determinadas correntes do PSOL (a maioria delas), no seu oportunismo de direita (ver Comunicado da UNIPA n° 01, 2004), organizaram a Intersindical num esforço de esvaziar a CONLUTAS e ao mesmo tempo promover suas ações centristas e para-governistas (atuando dentro e fora da CUT). Não perder essa questão de vista é importante para o entendimento do apoio do MUS no IX Congresso do SINTRASEF-RJ (abril de 2007) à tese que desfilou a entidade

da CUT, pois fica explícito o objetivo do MUS: posar de “anti-governista”. Mas na verdade essa corrente é uma das principais responsáveis pelo engessamento da entidade e da desmobilização da categoria.

O processo eleitoral de setembro desse ano foi uma reprodução de todos os aspectos e mecanismos de burocratização do sindicato, começando pela formação das chapas. Houve um desacordo no interior do MUS e a corrente saiu dividida: um grupo preferiu não correr o risco de ficar fora do aparato e formou a Chapa 1 como a Articulação Sindical e o PCR, enquanto outro grupo quis se aproveitar do desgaste do governo Lula/PT e da CUT e formou a Chapa 2, com o PSTU e o PCB. Ou seja, **prevaleceram os acordos de cúpula em detrimento às discussões de base; os**



Passeata dos “100 Mil” contra o Regime Militar. Retomar a ação direta como estratégia privilegiada de luta e reconstruir o movimento sindical pela base, esses são os caminhos para recuperar o caráter classista e combativo do movimento sindical-popular que marcaram as lutas num passado recente.

interesses político-partidários aos interesses da classe trabalhadora.

Os resultados de um processo que já nasceu comprometido foram as denúncias de fraude eleitoral e as disputas judiciais (dentro das características ideológicas do legalismo), para decidir o pleito. Assim, os burocratas de sempre saíram vitoriosos das eleições, pois por meio de decisão judicial a antiga diretoria mantém o poder sobre a mobilização financeira e a representação do sindicato. E os servidores foram os grandes derrotados nessas eleições.

3. A CONDSEF e a hegemonia governista.

A direção da CONDSEF constitui uma das principais forças governistas no interior do movimento sindical dos

servidores públicos - ao lado das direções da FASUBRA e da FENAJUFE (Federação dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União). A recusa de combater o PAC e o boicote à CNESF são provas inequívocas de seu caráter governista.

A CNESF iniciou o ano de 2007 com um forte conflito: de um lado os governistas da CUT e para-governistas da Intersindical (especialmente a direção da CONDSEF), de outro os anti-governistas da CONLUTAS. Os governistas e para-governistas defenderam a necessidade de mudar o caráter da CNESF, isto é, defenderam que a entidade deveria deixar de ser deliberativa para ser consultiva e deveria perder seu caráter de base para ser formada apenas pelas direções das entidades. Mas o setor anti-governista garantiu seu caráter deliberativo e de

governistas ocorreu durante a greve dos servidores do Ministério da Cultura desse ano (greve realizada esse ano porque o governo Lula/PT não cumpriu o acordo assinado durante o movimento paredista de 2005), onde a direção da CONDSEF assumiu mais uma vez o papel de defensora do governo: 1) aceitou passivamente as imposições do governo, como esquecer o acordo de 2005; 2) insistiu na participação da CUT nas negociações, apesar da posição contrária da base dos servidores; 3) impediu manifestações mais radicalizadas, como a ocupação de prédios públicos, alegando que isso atrapalha as negociações; 4) assinou mais um acordo com promessas para 2008.

Um fato fundamental é a presença de quadros importantes do MUS como protagonistas da defesa da burocratização da CNESF e da crítica corporativista do PAC, bem como do posterior boicote à CNESF. Esses mesmos quadros participam das composições da Chapa 2 e da Chapa 3, que concorreram às eleições do SINTRASEF, e que também são da direção da CONDSEF. Portanto, existe uma reprodução na escala do estado da ideologia e das práticas governistas implementadas nacionalmente.

4. Os rumos do movimento: a construção de um sindicalismo classista e combativo.

Os servidores públicos federais só têm um caminho para seguir: a construção de um sindicalismo de tipo classista e combativo, que rompa com o legalismo, com o neo-corporativismo, com a burocratização e, conseqüentemente, com o governismo que impera nas entidades da categoria.

Apontar para a construção de um sindicalismo classista significa entender que as lutas isoladas e exclusivamente economicistas são insuficientes e que, portanto, é necessário o estabelecimento de reivindicações e de lutas unificadas, entre os servidores o conjunto da classe trabalhadora. Também significa a construção de um movimento pela base que seja capaz de derrubar as burocracias hoje encasteladas nas direções. E um sindicalismo combativo é aquele que privilegia ação direta dos trabalhadores e se nega a fazer acordos de conciliação.

Os militantes classistas e combativos que irão participar do IX Congresso da CONDSEF, no período de 05 a 09 de dezembro de 2007, têm uma boa oportunidade de iniciar a construção de novos rumos para o movimento. **O primeiro passo é a ruptura imediata com a CUT. E o segundo é a organização de uma oposição nacional, que combata as direções burocratizadas e governistas e reconstrua as entidades sindicais pela base. ■**

base. Não satisfeitos, os cutistas e os defensores da Intersindical se recusaram a combater o PAC em seu conjunto e, ao serem mais uma vez derrotados, se retiraram da plenária e passaram a sabotar as reuniões da CNESF.

O debate em torno do PAC mostra de maneira inequívoca que os defensores da burocratização dos sindicatos (aqueles que queriam o fim do delegado de base na CNESF) são os mesmos que defendem as práticas e a ideologia neo-corporativista, pois se empenharam para a luta se limitasse aos aspectos nocivos do PAC sobre os servidores federais: o Projeto de Lei 01/2007 que congela os salários dos servidores até 2010. Obviamente, tal perspectiva neo-corporativista favorece o governo Lula/PT.

Outro exemplo das ações dos

Congresso do SEPE e o colaboracionismo de Classe da esquerda reformista

Entre os dias 07, 08, 09 e 10 de novembro ocorreu o XII Congresso ordinário do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE), que é o maior sindicato de trabalhadores do Rio de Janeiro. Apresentamos a seguir nossa avaliação acerca de seu Congresso, que não deixa de ser uma avaliação do movimento sindical de um modo geral e sobre atuação dos setores governistas e para-governistas no interior do movimento sindical e popular.

Ficou claro ao longo do Congresso que as posições mais combativas e classistas tendem a ser silenciadas, porque trazem à tona questões que o conjunto das direções sindicais, mergulhadas no reformismo e no corporativismo, não querem realizar. É lamentável a forma como foi organizado o XII Congresso Ordinário do SEPE e o desrespeito das correntes que fazem parte da direção deste Sindicato no que tange à pluralidade de posições políticas.

O coletivo Oposição Classista inscreveu uma tese intitulada **AÇÃO DIRETA POR UM SEPE CLASSISTA E COMBATIVO**, no dia 05 de outubro de 2007, certificada através de documento emitido pela direção central como tese geral. Faltando apenas uma semana para o início do Congresso, os cadernos de teses gerais começaram a ser distribuídos pelas escolas. Soubemos então que a referida tese não fora publicada no caderno de teses gerais sob a alegação de não ter abordado um dos pontos da pauta definidos para o Congresso, o que nos foi apenas relatado sem nenhuma documentação oficial. No dia 31 de outubro de 2007, foi apresentado um recurso à comissão eleitoral e à direção central, o que também está devidamente documentado. A resposta dada foi de que uma decisão sobre o recurso só seria apresentada no dia 06 de novembro de 2007, ou seja, um dia antes de iniciar o Congresso. Como era de se esperar, o recurso foi negado. Os cadernos de teses específicas, onde tal tese foi publicada, não circularam pelas escolas e os delegados só tiveram acesso às mesmas durante o Congresso.

Isso denota a irresponsabilidade e pouco empenho da comissão organizadora e das direções em realizar o debate das teses na base da categoria. Durante o Congresso, denunciemos o processo de exclusão desta tese porque prejudicou a categoria, fazendo-a perder a oportunidade de democraticamente realizar uma discussão tão pertinente e apreciar uma tese que propunha a destruição do sindicalismo colaboracionista e corporativista através ação direta como meio de fomentar à luta contra o capitalismo. Os militantes que assinam a tese defendem a construção de um sindicalismo classista, por isso não atrelado ao Estado e que condene de forma intransigente o corporativismo característico do movimento sindical como um todo.

Era a única tese que defendia a filiação imediata do SEPE à CONLUTAS como forma de impulsionar este Sindicato na construção de uma entidade da classe trabalhadora capaz de frear as reformas neoliberais e reorganizar o proletariado na luta contra o capitalismo.

A esquerda reformista representa 60% da atual diretoria do SEPE, mas é incapaz de imprimir um caráter combativo às nossas lutas e garantir vitórias aos trabalhadores da educação. Isso ficou evidente em relação à Rede Estadual de Educação, pois são 11 anos sem reajuste.

No segundo semestre de 2007, houve

Mais uma vez a realidade comprova que estamos corretos, só teremos vitórias significativas se pressionarmos nossos inimigos de classe através de ações combativas como greves acompanhadas de ocupações de ruas, prédios, etc.

Os militantes do PSTU e do MTL que se reivindicam conlutistas defenderam proposta contrária à filiação do SEPE à CONLUTAS e propuseram a unificação desta com a Intersindical (corrente sindical cujos militantes representam sindicatos que não se desfiliam da CUT, tendo inclusive integrantes na sua Executiva Nacional). Os militantes do PSTU adotam uma estratégia prejudicial à classe trabalhadora em função

militantes se referem é exatamente esta: unir-se a setores que ainda não romperam com o governismo e liquidar qualquer alternativa classista para a classe trabalhadora.

Contraditoriamente, o PSTU também defendeu em sua tese que o SEPE contribuisse financeiramente com a CONLUTAS e a Intersindical. Ou seja, defenderam publicamente proposta contrária a nossa, de filiar o SEPE à CONLUTAS, mas queriam que o Sindicato patrocinasse uma corrente sindical atrelada à CUT. Recuaram, no entanto, no último momento desta proposta uma vez que denunciemos sua contradição durante o Congresso.

Dessa forma, podemos concluir sobre as práticas dos para-governistas o seguinte: 1) em nome da unidade com setores governistas (como a CSC) e para-governistas (cujo maior exemplo é o PSOL), o PSTU busca liquidar a única alternativa que vinha se construindo na tentativa de barrar as reformas neoliberais; 2) em consequência disso, os quadros desses partidos têm se mostrado verdadeiros traidores da classe trabalhadora e muito eficientes na colaboração com nossos inimigos.

Aos militantes de base do PSTU, fica a alternativa, continuar sob a direção de uma organização para-governista que fica à reboque de qualquer posição do PSOL em nome de alianças eleitorais, ou romper com tais práticas e seguirem na luta revolucionária.

Entidades do movimento sindical-popular como a CUT, UNE, CMS, etc. atrelam o proletariado brasileiro ao governo Lula e, conseqüentemente, criam mecanismos orgânicos de colaboração de classe. As práticas de partidos como PSOL e PSTU impõem limites à luta contra o governismo e, por isso, ajudam a fortalecê-lo. Sob a retórica de que são contra o capitalismo e o governismo tentam mostrar para suas bases que estão do lado dos trabalhadores e empenhados na construção de uma suposta unidade tática com setores governistas. Mas alguns acontecimentos revelam que os governistas são bastante hábeis em transformar manifestações dos trabalhadores contra o governo em atos a favor deste (como o que ocorreu no dia 23 de maio), usando para tanto os capachos da esquerda reformista que reforçam o corporativismo e o colaboracionismo de classe. **Por isso, é necessária a imediata ruptura com o governismo por parte dos militantes que ainda possuem algum fervor revolucionário e, sinceramente, vislumbram a derrocada do capitalismo e a vitória dos trabalhadores na construção do socialismo. ■**



Cerca de 5 mil professores da rede municipal do Rio de Janeiro protestaram no início de 2007 contra a lei de "aprovação automática". Entretanto, a hegemonia do corporativismo e do reformismo na direção do SEPE impede a conquista de vitórias por parte da categoria.

uma greve de 15 dias e o que conseguimos foi um reajuste de apenas 4% e corte do ponto. Antes da suspensão da greve, o secretário de educação dissera que não haveria desconto, mas os trabalhadores que aderiam à greve tiveram seu salário descontado.

Novamente a estratégia da esquerda reformista e para-governista foi equivocada, recuada e pouco combativa. Sob o argumento de que estão do lado dos trabalhadores, os oportunistas utilizam de mera retórica e beneficiam os governos e patrões com suas ações colaboracionista e de aposta na via eleitoral. A perspectiva reformista chegou ao tal ponto de um deputado estadual do PSOL utilizar as assembleias da categoria para dar informes sobre a tramitação do projeto de reajuste e se projetar politicamente.

Militantes da categoria que defendem o método de ação direta na construção dos atos foram novamente excluídos do comando de mobilização de greve e os atos e manifestações foram controlados pelos burocratas da esquerda reformista.

de seu jogo de alianças eleitorais com o PSOL.

A base da categoria do SEPE disse NÃO à permanência deste Sindicato na CUT e não deve ser tolerada a pressão de algumas forças que insistem em se aproximar e fazer alianças com setores cutistas.

A tese apresentada no Congresso como tese do Grupo de Trabalho de Educação da CONLUTAS além de cometer este equívoco, não possuía legitimidade uma vez que este GT praticamente não existe na CONLUTAS do Rio de Janeiro. As reuniões para construção de tal tese não foram divulgadas para os militantes conlutistas da base do SEPE e o debate sequer foi realizado na Coordenação Estadual da CONLUTAS. Alguns militantes do PSTU admitiram a falta de legitimidade da tese que escreveram como sendo da CONLUTAS, mas alegaram que era necessário "marcar posição" através desta tese.

O PSTU representa no interior da CONLUTAS um setor que visa por fim a ao projeto de construção dessa Central de Classe, e a "posição" que seus

Avante na Luta Classista!

Por um SEPE Combativo e Livre do Colaboracionismo Para-governista!

Da Universidade elitista ao controle do capital: a ofensiva burguesa e o movimento estudantil

Em agosto de 2007, o governo Lula/PT apresentou Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) realizado através de um GT pelo Ministério da Educação. Tal projeto ganhou imensa repercussão nacional, pois é necessário que seja aprovado em cada Universidade, com isso as mobilizações estudantis e sindicais pipocaram por diversas universidades para impedir o projeto do MEC. Essas mobilizações foram capitaneadas principalmente pela PSTU/PSOL no movimento estudantil e pelo ANDES, e consistiam basicamente em evitar a aprovação da proposta nos burocratizados e antidemocráticos conselhos superiores das universidades.

Por sua vez, o REUNI marca mais uma etapa da Reforma Universitária anunciada pelo governo e propõe fundamentalmente a reformulação geral da estrutura acadêmica dos cursos superiores, com uma nova arquitetura acadêmica. Na avaliação do Ministério da Educação, e do governo, as universidades federais são elitistas e não estão adequadas ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Apoiados em estudos da ONU e em relatórios do Banco Mundial, como o famoso "O BM e o Ensino Superior: Lições Derivadas da Experiência" (1994), onde se afirmava que "as universidades públicas, gratuitas, assentadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não servem para a América Latina", diversos países do mundo começaram a reestruturar o sistema educacional superior.

O modelo universitário brasileiro está, ainda, vinculado à reforma do ensino promovida pela Ditadura Civil-Militar, em 1967. Ele é elitista e não público, pois neles só ingressam os que passam pelo vestibular, é antidemocrática, pois seus conselhos e eleições são determinados pela LDB através da proporção de 70-20-10, para professores, funcionários e alunos respectivamente, e pouco serve ao conjunto da classe trabalhadora. A Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade não passa de uma estrutura antidemocrática, elitista e academicista.

Demagogicamente, o Governo Lula/PT, com apoio União Nacional dos Estudantes (UNE) recuperou a bandeira da Reforma Universitária levantada na década de 60 contra o acordo MEC-USAID e iniciou a adequação da educação superior estatal a nova fase de reestruturação produtiva e aos interesses do imperialismo, uma vez que a sua área mais recente da ofensiva é a da apropriação privada dos conhecimentos científicos. A Universidade deve formar uma elite de pesquisadores, que trabalharão em condições precarizadas para atender as empresas e ao mesmo

tempo criar um grande número de vagas e grandes escolões superiores.

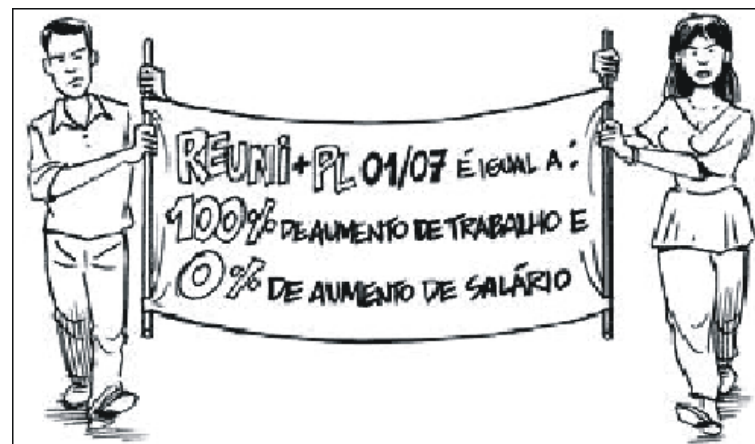
Paradoxalmente, os setores reformistas e para-governistas do movimento estudantil e sindical, PSTU e PSOL, passaram a estandardizar um suposto modelo de Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade, que na verdade nunca existiu.

1. Uma Reforma para Atender os Interesses do Capital.

O modelo de Reforma Universitária, baseado em "sugestões" de relatórios do Banco Mundial, tem a intenção de transformar as universidades em empresas de prestação de serviços tecnológico, objetivando a busca por mão-de-obra cada vez mais barata (precarizada e financiada pelo Estado) e a necessidade cada vez maior de investimento em tecnologia para desenvolvimento de novos produtos. Assim, é fundamental a associação direta entre empresas e universidades para o desenvolvimento de tecnologia para as grandes corporações. Isso porque no atual modelo de acumulação do capital, baseado na liberalização financeira e comercial, o investimento em tecnologia é fundamental para essas grandes empresas, e as universidades e centros de pesquisas "públicos" são excelentes locais para baratear as pesquisas.

O atual projeto de reforma que o governo está encaminhando tem como base a reforma do ensino superior europeu, iniciado, em 1999, com a Declaração de Bolonha, num esforço dos países da União Européia, apoiado pela OCDE e Banco Mundial, para adaptar o ensino superior às exigências da burguesia.

Seguindo esta receita o governo Lula iniciou a reforma do Ensino Superior através de Medidas Provisórias, as principais propostas para a reforma do ensino superior foram: 1) O projeto de Parceria Público Privado; 2) a legalização das fundações; 3) o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) que compra vagas nas Universidades Privadas para estudantes pobres e ainda as isenta de impostos; 4) o projeto de lei 3476/2004 (Lei de Inovação Tecnológica) que permite as empresas financiarem pesquisas nas universidades e centro de pesquisa e desobriga o Estado a investir nessas áreas transformando professores em investidores, liberando-os por dois anos da sala de aula para formarem empresas dentro da universidade; 5) o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), que através do ENADE, procura avaliar os alunos e as universidades dando prêmios para os melhores estudantes colocados e tirando verbas das instituições que forem mal na avaliação, criando centro de excelências com financiamento público, ou seja, diminuindo a verba para o ensino e



concentrando em poucas instituições.

No ano de 2006, o governo enviou o Projeto Lei 7200/2006 (Projeto de Reforma Universitária) que na verdade é um marco regulatório do MEC para todas as outras medidas aprovadas e no qual ainda não foi aprovado na câmara. Todas estas medidas não foram capazes de mexerem na arquitetura acadêmica.

Para reformulação geral da estrutura acadêmica dos cursos superiores o governo está implementando o REUNI, também chamado de Universidade Nova. O MEC apresentou a proposta às universidades para que cada instituição decida sua adesão ao projeto e, caso participe do REUNI, as Instituição Federal de Ensino Superior passa a receber mais verbas do governo Lula/PT de acordo com a avaliação do SINAES.

A nova estrutura acadêmica procura acabar com os departamentos e criar grandes áreas de ensino onde a progressão determinará a escolha do aluno de acordo com seu rendimento. Com esse projeto há: 1) uma centralização da estrutura acadêmica, diminuindo o poder departamental, por isso a resistência dos setores mais conservadores da academia que vem se opondo a proposta; 2) permanece antidemocrática uma vez que as eleições e conselhos das universidades permanecem na proporção 70-20-10; e 3) adequa definitivamente a universidade aos interesses do capital, passando, conseqüentemente, ao controle total das empresas privadas.

2. Destruir Universidade Elitista e construir a Universidade Popular.

A esquerda reformista e para-governista não conseguiu responder a Reforma Universitária do Governo Lula, quase todas as medidas foram implementadas rapidamente pelo governo, sendo o próprio projeto de Lei da Reforma Universitária o único parado, emperrado pela própria dinâmica burocrática do parlamento burguês.

Nas universidades, a majoritariedade

do movimento sindical e estudantil, atrelada aos partidos reformistas e para-governistas, passou a defender o modelo elitista de universidade em vigor, enquanto o governo, com apoio da UJS/PCdoB e de boa parte do corpo docente, passou a defender a "Reforma Universitária" e a suposta expansão de vagas. Expertamente, o governo jogou para os antidemocráticos conselhos das universidades a aprovação do REUNI.

Os partidos reformistas aceitaram o jogo imposto pelo MEC e no máximo passaram a ocupar os conselhos e tentar sensibilizar os conselheiros. Na Universidade Federal Fluminense, depois de algumas ocupações, o setor reformista e para-governista já aceitou negociar com a reitoria a aprovação do projeto. O legalismo desses setores impediu qualquer tipo mobilização e sua defesa estandardizada da Universidade "Pública, Gratuita e de Qualidade" serviu para fortalecer os argumentos governistas.

É preciso estar claro para a grande maioria das frações da classe trabalhadora que está fora da universidade, e mesmo para as frações internas, como os estudantes, técnicos e professores, que **é preciso destruir a universidade elitista e para isso é fundamental lutar pelo fim do vestibular, pelo livre acesso às universidades, e pelo voto universal em todas as instâncias.** Só implantaremos essas medidas rompendo com a estratégia do pacifismo e do legalismo. Portanto, **devemos eleger a estratégia da ação direta, com o protagonismo direto dos estudantes pobres e trabalhadores (camponeses, desempregados, camelôs, operários, etc), através de bloqueios de ruas e rodovias, ocupação de prédios públicos e a retenção de autoridades, manifestações de rua radicalizadas, com a queima de carros e ônibus, bem como o enfrentamento dos aparelhos repressivos de Estado.** ■

PELO FIM DAS REFORMAS! PELA CONSTRUÇÃO DA UNIVERSIDADE POPULAR!!